

Exm^a. Senhora Presidente da Comissão
Parlamentar de Orçamento, Finanças e
Modernização Administrativa,
Deputada Teresa Leal Coelho

S. Bento, 2 de fevereiro de 2018

Assunto: Audição do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD

No âmbito do processo de recapitalização da Caixa Geral de Depósitos, a sua administração elaborou um plano de reestruturação, onde constava, entre outras coisas, a redução do número de trabalhadores.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda apoiou a recapitalização do banco público por considerar que a sua solidez é do interesse de toda a economia nacional e, em particular, do sistema financeiro português. Entendemos, no entanto, que esse processo não pode sujeitar a CGD à redução da qualidade dos seus serviços, ou a qualquer ameaça aos direitos dos seus trabalhadores.

Face às preocupações do Bloco de Esquerda, o governo sempre garantiu que este processo não incluiria despedimentos de qualquer tipo, e que os trabalhadores estariam protegidos.

Com o objetivos de redução de 500 trabalhadores até ao final de 2017, a administração de Paulo Macedo deu início a um programa de rescisões por mútuo acordo, cujo prazo de adesão terminou dia 26 de setembro. Contudo, apesar das garantias dadas de que este programa teria uma carácter estritamente voluntário, chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda denúncias de pressões internas sobre trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos.

A estas denúncias soma-se o alerta do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC) relativamente à denúncia do Acordo de Empresa, livremente negociado, e que entrou em vigor em janeiro de 2016.

A esta informação acresce ainda a intenção da Administração da CGD de não proceder ao descongelamento de carreiras e salários dos seus trabalhadores.

As práticas recentes levadas a cabo por outros bancos em processos semelhantes- entre eles o Novo Banco, também sob alçada do governo - não são tranquilizadoras e justificam todo o escrutínio sobre este processo.

*Assim, face ao exposto, e ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer, com a maior brevidade possível, a audição do **Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD** , pelo que solicita a V.Ex^a as diligências necessárias para esse efeito.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua